



PODER

Investida para frear crise Mendonça x PF

Ministro da Justiça e magistrado do STF se reúnem ante a escalada de tensão entre o juiz e a direção da Polícia Federal. Relator dos casos do INSS e do Master cobra independência nas apurações. Em nota, 27 chefes da corporação frisam a imparcialidade dos agentes

» RENATO SOUZA
» RAPHAELA PEIXOTO

Uma escalada de tensões entre a Polícia Federal e o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), está incomodando o Executivo e a cúpula da mais alta Corte do país. A situação ganhou novos contornos ontem, quando os 27 superintendentes regionais da corporação publicaram uma nota pública em que defendem a instituição e seu papel no Estado Democrático de Direito, além de ressaltarem que “a credibilidade construída perante a sociedade brasileira decorre da atuação técnica e independente de seus servidores”.

No mesmo dia, Mendonça se encontrou com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington Lima e Silva, em um movimento para reduzir o desgaste na relação entre o gabinete do magistrado e investigadores. Segundo relato obtido pelo **Correio**, a reunião transcorreu em tom positivo. Durante a conversa, Mendonça destacou a importância de preservar a independência da Polícia Federal e o papel desempenhado pela corporação na condução das investigações.

O gabinete do magistrado tem cobrado esclarecimentos sobre a condução das investigações e questionado a suposta demora na realização de diligências. A Polícia Federal, por sua vez, nega qualquer irregularidade e sustenta que os procedimentos seguem critérios estritamente técnicos, sem interferências externas.

Na nota conjunta, os dirigentes regionais saem em defesa do diretor-geral da corporação, Andrei Rodrigues. No documento, reafirmam o compromisso da instituição com a Constituição, a legalidade e o Estado Democrático de Direito.

“Ao longo de seus 82 anos de história, a Polícia Federal consolidou-se como uma instituição de Estado comprometida com a Constituição da República, a legalidade, a imparcialidade e a defesa do Estado Democrático de Direito”, frisa o documento.

O texto traz um duro recado sobre o papel da PF. “A atividade investigativa da Polícia Federal não se submete a interesses políticos, ideológicos ou pessoais, mas ao estrito cumprimento da

Gustavo Moreno/STF



Mendonça tem criticado a postura da Polícia Federal em investigações. Diretor da corporação, Andrei Rodrigues não esteve na reunião

» Ex-governador é alvo de ação

A Polícia Federal deflagrou, ontem, a Operação Heritage, sobre uma suspeita de desvio de R\$ 308 milhões envolvendo um acordo firmado entre o Estado de Mato Grosso e a empresa privada de telefonia Oi, em 2024, na gestão do ex-governador Mauro Mendes (União Brasil). A ação foi autorizada pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF). Mendes, candidato ao Senado, o desembargador Ricardo Gomes de Almeida, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT), o deputado federal Fábio Garcia (União Brasil-MT) e o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Ulisses Rabaneda foram submetidos a medidas cautelares, entre elas, a entrega de seus passaportes. Dino determinou o bloqueio de bens de investigados até o valor de R\$ 316 milhões.

lei. Para o adequado exercício de sua missão constitucional, é indispensável a preservação da independência técnica das investigações e da autonomia administrativa necessária à gestão eficiente de seus recursos e prioridades

institucionais”, completa.

Os superintendentes também manifestam confiança na gestão de Rodrigues e afirmam que a atuação da Polícia Federal é pautada pelo cumprimento da lei, pela produção de provas e pela independência



funcional, sem influência de interesses pessoais. “Nesse contexto, os 27 Superintendentes Regionais da Polícia Federal vêm a público reafirmar sua confiança na Direção da Polícia Federal e seu compromisso com a defesa da Constituição, da democracia, da legalidade e do interesse público, bem como com a preservação de uma Polícia Federal forte, técnica, independente e fiel à sua missão institucional”, acrescenta o documento.

A nota ainda faz referência ao ambiente de críticas públicas envolvendo a corporação. Segundo o texto, embora “o debate público e as críticas legítimas sejam próprios da democracia”, esse ambiente se torna prejudicial quando busca “enfraquecer a credibilidade e a confiança” que a sociedade deposita nas instituições.

Fontes ligadas ao magistrado afirmam que ele está “tranquilo”

em relação às críticas que vem recebendo, mas que ficou incomodado com algumas decisões tomadas no âmbito da investigação sobre as fraudes no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), sem que ele tenha sido consultado. Entre as situações estariam trocas na equipe de investigação e demora para cumprir determinações que foram feitas no âmbito do processo.

Já na PF, a avaliação é de que Mendonça está interferindo no papel da corporação, na independência dos agentes e atuando em situações que não compete a ele. Ao mesmo tempo, estaria demorando para atender diligências solicitadas em outras apurações, como no caso do escândalo do Banco Master, em que ele estaria demorando para autorizar mandados solicitados pelos integrantes da operação.

Saiba mais

Inquéritos contra Lulinha azedam clima

A movimentação de inquéritos contra Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por tráfico de influência acirrou o clima entre o ministro André Mendonça e a Polícia Federal. O magistrado já havia feito cobranças à corporação para que enviasse detalhes das provas colhidas no escândalo do INSS e alertou que trocas na equipe de investigação deveriam ser comunicadas a ele.

A desconfiança teve início depois que a PF mudou o setor em que tramitava o inquérito sobre INSS, resultando na saída do delegado que coordenava o caso e havia pedido quebras de sigilo de Lulinha.

Sorteio

Os dois primeiros pedidos de inquérito contra Lulinha acabaram sendo enviados novamente a Mendonça por sorteio. O primeiro trata de suspeitas de tráfico de influência no Ministério da Saúde e no Palácio do Planalto, enquanto o segundo mira suspeitas de negócios envolvendo a Dataprev, empresa de tecnologia do governo federal.

A terceira investigação tem o objetivo de apurar ações de aliados de Lulinha em outros órgãos do governo federal.

As representações de abertura de inquéritos apresentadas pela Polícia Federal contra Lulinha não pediram explicitamente que os casos saíssem da relatoria de André Mendonça, mas abriram brechas que permitiram ao presidente em exercício da Corte, Alexandre de Moraes, o envio dos inquéritos à livre distribuição em uma manobra que tiraria Mendonça das investigações. Somente o terceiro caiu para Flávio Dino, que autorizou a abertura das investigações.

Ex-presidente do INSS é indiciado de novo

» RAFAELA GONÇALVES

A Polícia Federal concluiu um novo inquérito sobre o esquema de descontos indevidos em aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e indiciou seis pessoas por inserção de dados falsos em sistemas de informação e participação em organização criminosa. A investigação tem como foco a atuação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Entre os indiciados estão o ex-presidente do INSS Alessandro Stefanutto, o ex-procurador-geral do órgão Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho e o ex-diretor de Benefícios André Paulo Félix Fidelis. Na lista estão, também, Aristides Veras, ex-presidente da Contag e dois dirigentes.

O relatório final da investigação foi encaminhado nesta semana ao

ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator do caso na Corte. Após a análise do documento, caberá à Procuradoria-Geral da República (PGR) avaliar os próximos passos da apuração, podendo apresentar denúncia contra os investigados, solicitar novas diligências para aprofundar a investigação ou indicar o arquivamento do inquérito.

Os três ex-dirigentes já haviam sido indiciados em outra frente da Operação Sem Desconto, que apura um esquema de fraudes envolvendo entidades associativas e descontos aplicados sobre benefícios de aposentados e pensionistas.

No caso envolvendo a Contag, a PF identificou repasses de R\$ 26,4 milhões a 15 pessoas físicas e jurídicas, entre elas empresas de locação de veículos, serviços de bufê e agências de viagens. Segundo a investigação, os valores

foram transferidos de forma fracionada, o que levantou suspeitas de que recursos obtidos por meio dos descontos indevidos tenham sido utilizados para financiar essas despesas.

No mês passado, a PF concluiu a primeira investigação da operação, com o indiciamento de 48 pessoas. Naquele caso, o foco foi a atuação da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer).

Stefanutto, Oliveira Filho e Fidelis foram indiciados pelos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção passiva. Também foi indiciado o lobista Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como “Careca do INSS”, por lavagem de dinheiro e participação em corrupção passiva. Os quatro permanecem presos preventivamente desde o ano passado.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Alessandro Stefanutto já havia sido indiciado em outro inquérito também sobre os descontos indevidos